



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre 500\$
A 1.ª série	140\$	” 80\$
A 2.ª série	120\$	” 70\$
A 3.ª série	120\$	” 70\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4550 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37.701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Declaração de terem sido fixados os subsídios diários de alimentação para o pessoal de vigilância em serviço no Campo de Trabalho Prisional de Pinheiro da Cruz e para o pessoal dos outros estabelecimentos prisionais, com inclusão do dos serviços domésticos.

Ministério da Marinha:

Decreto-Lei n.º 37:748 — Introduce em direito interno determinados preceitos da Convenção Internacional para a unificação de certas regras em matéria de conhecimentos de carga, assinada em Bruxelas em 25 de Agosto de 1924.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso — Torna público ter a França denunciado a Convenção Filoxérica Internacional, assinada em Berna em 3 de Novembro de 1881.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 13:059 — Abre um crédito na colónia de Macau destinado a suportar os encargos com a aquisição de batelões para o serviço de dragagem.

Ministério da Economia:

Despacho ministerial — Determina que a Comissão de Interligação das Centrais do Norte continue em actividade, sem interrupção, até determinação em contrário.

ternacional para a unificação de certas regras em matéria de conhecimentos de carga, assinada em Bruxelas em 25 de Agosto de 1924;

Atendendo ao que sobre o assunto foi proposto pela Comissão Permanente de Direito Marítimo Internacional; Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O disposto nos artigos 1 a 8 da Convenção de Bruxelas de 25 de Agosto de 1924, publicada no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 2 de Junho de 1932, e rectificada no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 11 de Julho do mesmo ano, será aplicável a todos os conhecimentos de carga emitidos em território português, qualquer que seja a nacionalidade das partes contratantes.

§ 1.º É fixado em 12.500\$ o limite de responsabilidade a que se referem os artigos 4, n.º 5.º, e 9 da mesma Convenção.

§ 2.º É reconhecida ao portador do conhecimento a faculdade prevista no n.º 1.º do Protocolo de assinatura da Convenção.

Art. 2.º O peso ou o volume de mercadoria a granel exarado em conhecimento de carga com base em medição e indicação feitas, segundo os usos ou costumes do comércio dessa mercadoria, por terceiro estranho ao armador e ao carregador não se considera garantido por este, nem constitui presunção contra aquele.

Art. 3.º Os conhecimentos de carga referidos no artigo 1.º não serão negociáveis se deles não constar a declaração de que se regem pelo presente decreto-lei e disposições da Convenção de Bruxelas de 25 de Agosto de 1924, por este integradas no direito português.

Art. 4.º O presente diploma aplica-se a todo o território da República a partir de 1 de Março de 1950.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Paços do Governo da República, 1 de Fevereiro de 1950. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — António Júlio de Castro Fernandes — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Declara-se, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 34:678, de 20 de Junho de 1945, que, por despachos de SS. Ex.ªs o Ministro da Justiça e Subsecretário de Estado das Finanças, respectivamente, de 11 e 18 de Janeiro presente, foram fixados os subsídios diários de alimentação de 8\$ para o pessoal de vigilância em serviço no Campo de Trabalho Prisional de Pinheiro da Cruz e de 6\$ para o pessoal dos outros estabelecimentos prisionais, com inclusão do pessoal dos serviços domésticos referido no artigo 18.º da Lei de 20 de Julho de 1912.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, 27 de Janeiro de 1950. — Pelo Director-Geral, J. Roberto Pinto.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção-Geral da Marinha

Decreto-Lei n.º 37:748

Tendo-se reconhecido a necessidade urgente de introduzir em direito interno os preceitos da Convenção In-

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Por ordem superior se faz público que, segundo forma a Legação da Suíça em Lisboa, a França, por

nota de 22 de Dezembro de 1949, entregue pela sua Embaixada em Berna, denunciou a Convenção Filoxérica Internacional, assinada em Berna em 3 de Novembro de 1881.

Nos termos do artigo 13.º da referida Convenção, a aludida denúncia tornou-se efectiva desde 22 de Dezembro de 1949.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 25 de Janeiro de 1950.— O Director-Geral, *Luis Esteves Fernandes*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção-Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Portaria n.º 13:059

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 17.º do Decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, abrir na colónia de Macau um crédito especial de \$ 600.000,00, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos,

destinado a suportar os encargos com a aquisição de batelões para o serviço de dragagem.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Macau.

Ministério das Colónias, 1 de Fevereiro de 1950.— O Ministro das Colónias, *Tófilo Duarte*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

—
Despacho

Reconhecendo-se a conveniência de manter em funcionamento a Comissão de Interligação das Centrais do Norte, e à semelhança do procedimento adoptado nos anos anteriores, determino, nos termos do § 2.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 33:672, de 26 de Maio de 1944, que a referida Comissão continue em actividade, sem interrupção, até determinação em contrário.

Ministério da Economia, 1 de Fevereiro de 1950.— O Ministro da Economia, *António Júlio de Castro Fernandes*.